

# A CONTRIBUIÇÃO DO CONCEITO DE CULTURA POLÍTICA PARA A ESCRITA BIOGRÁFICA: APONTAMENTOS A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE CARLOS GOMES DE OLIVEIRA

JOELSON LOPES MACIEL<sup>\*</sup>

## RESUMO

Neste artigo, analisamos as vicissitudes da trajetória do advogado e político joinvilense Carlos Gomes de Oliveira (1894-1997) nos últimos anos da década de 1920 e seu posicionamento político perante a chamada Revolução de 1930 no Brasil. Para este exercício de escrita biográfica, nos valem do arcabouço teórico e metodológico da categoria de cultura política. Através do rastreo das ligações estabelecidas por Carlos no decorrer de sua vida, o berço familiar, a educação em São Paulo, a postura de mediação em movimentos operários, o diálogo com ambas as famílias oligárquicas que dominavam o estado de Santa Catarina, procuramos compreender sua agência política no final década de 1920, em especial sua adesão de última hora ao grupo vencedor do movimento que elevou Getúlio Vargas ao poder.

**PALAVRAS-CHave:** Biografia; Culturas políticas; Primeira República.

## ABSTRACT

In this article, we analyze the vicissitudes of the trajectory of the lawyer and politician from Joinville, Santa Catarina, Carlos Gomes de Oliveira (1894 – 1997), in the last years of the decade of 1920 and its political position before the called Revolution of 1930, in Brazil. For this exercise of biographical writing, we use the theoretical and methodological framework of the category of political culture. Through the tracing of the connections established by Carlos in the course of his life, his education in São Paulo, his position of mediation in labor movements and the dialogue with both oligarchic families that dominated the state of Santa Catarina, we tried to understand his political agency in the late 1920s, especially his last-minute adherence to the winning group of the movement that raised Getúlio Vargas to power.

**KEYWORDS:** Biography; Political cultures; First Republic.

---

<sup>\*</sup> Licenciado em História pela Universidade da Região de Joinville – Univille (2014). Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (2018). Pesquisa nas áreas de História do Brasil Republicano, com ênfase especial em culturas e partidos políticos; e relações teórico-metodológicas entre História e gênero biográfico. Endereço eletrônico: joelsonlopesm@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980, um amplo processo de observação e reflexão do campo da História sobre si mesmo possibilitou alguns “retornos” na agenda dos historiadores, entre eles o da biografia e da História Política. Não são “retornos” a concepções antigas, contudo. No caso da biografia, sua “volta” busca alternativas aos esquemas explicativos estruturalistas e macroestruturais, “desencarnados” de humanidade. Quanto à política, René Rémond (2003) a vê de forma capilarizada pela amplitude que as funções do governar têm tomado.

Considerando tais demandas, partimos da premissa de o sujeito manobrar dentro de determinado contexto, trabalhar com possibilidades de escolha, negociar, manipular, interpretar o mundo à sua volta para operar nestes termos, e para isso lançar mão de alguns conhecimentos, dados, valores, alguma bagagem cultural, e experiências à mão. É aqui que as reflexões em torno da categoria de cultura política são caras à aposta biográfica.

Partilhamos, a respeito de cultura política, da compreensão de que há várias numa sociedade, e que:

é um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.”<sup>1</sup>

O fenômeno, contudo, é também individual, na medida em que este conjunto de valores é interiorizado pelo sujeito, que passa a utilizar destes códigos em sua agência.

O mérito da cultura política está em não permitir uma explicação reducionista do comportamento político de um indivíduo ou grupo, na medida em que se apresenta como um fenômeno de múltiplos parâmetros em sua construção, construção esta que não é dada e estanque, mas está em constante evolução e modificação em decorrência da conjuntura vivida e da influência de outras culturas políticas. Em outras palavras, não apenas um cálculo racional e bem medido, ou o interesse, ou a adesão a uma ideologia

---

<sup>1</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2014, p. 21.

explicam o comportamento político.

No entroncamento de uma pesquisa como esta, que se pretende biográfica e política, Serge Berstein aponta a sinergia entre as duas perspectivas, ao entender como a aposta dos estudos de cultura política por historiadores permite:

[...] pelo discurso, o argumentário, o gestual, descobrir as raízes e as filiações dos indivíduos, restituí-las à coerência dos seus comportamentos graças à descoberta das suas motivações, em resumo, estabelecer uma lógica a partir de uma reunião de parâmetros solidários, que respeitam ao homem por uma adesão profunda, no que a explicação pela sociologia, pelo interesse, pela adesão racional a um programa se revela insuficiente, porque parcial, determinista e, portanto, superficial.<sup>2</sup>

Considerando o caráter de contínua construção e modificação de uma cultura política é que a ideia de analisar a atividade individual de Carlos Gomes de Oliveira (CGO), em perspectiva histórica, ganha lógica. Dedicar-nos-emos a apreender as relações de Carlos com a sociedade à sua volta, por sua vez nada monolítica, com diferentes culturas políticas, diversos vetores de socialização política<sup>3</sup>, espaços e valores que nosso biografado acessou.

## **DIÁLOGOS DE CARLOS GOMES DE OLIVEIRA NA DÉCADA DE 1920**

Nascido em Joinville (SC) em 12 de outubro de 1894, oriundo de uma família bem inserida na política local, Carlos Gomes de Oliveira formou-se em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1919. Dividiu seu início de carreira na advocacia com outros interesses, especialmente a imprensa e a política. Deputado estadual constituinte, deputado federal constituinte, presidente de autarquia do governo federal, senador da República, contemporâneo de conhecidas figuras da política tradicional catarinense, Carlos Gomes teve longa vivência nos quadros da política partidária neste estado, desde o Partido Republicano

---

<sup>2</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 362.

<sup>3</sup> Aqui podemos incluir, por exemplo, as relações familiares, intelectuais e de trabalho estabelecidas com a classe política institucional no estado (e suas vertentes antagonicas), além de outros canais de se fazer política (fora dos partidos republicanos estaduais), entre outros.

Catarinense, dissolvido em 1930, passando pelo Partido Liberal Catarinense e pelo Partido Trabalhista Brasileiro, neste a partir dos anos 1940. Foi aliado e adversário político de famílias de políticos que dominaram o cenário partidário em Santa Catarina na primeira metade do século XX.

O foco de nossa análise neste artigo, porém, trata de suas movimentações em torno da queda da Primeira República e participação no Governo Provisório de Vargas.

Com o título “Somos agora, o que sempre fomos”, Carlos publicou um artigo no *Correio de Joinville* (jornal que fundara em parceria com o cunhado Plácido Gomes), em 22 de novembro de 1930, defendendo-se da acusação de ser um adesista de última hora do movimento que alçou Getúlio Vargas ao poder e derrubou Washington Luís.

O título é, sem dúvida, dos mais sugestivos, e o artigo nos deixa entrever alguns aspectos da política institucional na Santa Catarina do final dos anos 1920. Também nos instiga a refletir a respeito da relação de Carlos Gomes de Oliveira com a autoproclamada “Revolução de 1930”. É valendo-nos do arcabouço teórico dos estudos de cultura política que pretendemos aqui apresentar algumas considerações em relação a estes assuntos.

Observamos na trajetória de nosso personagem sua relação com espaços vetores de socialização política: suas experiências vivenciadas em grupos/instituições com ideias e práticas diferentes entre si, como sua formação acadêmica na Faculdade de Direito de São Paulo, o contato com a política formal catarinense, a participação em movimentos de trabalhadores do campo e da cidade (a Liga dos Lavradores a partir de 1921 e a Greve de 1917), por exemplo. Para relembra a importância desses contatos, é preciso citar a constatação de Serge Berstein sobre os trabalhos de historiadores com foco na cultura política:

Por meio de seus estudos empíricos, eles constata a existência, num dado momento da história, de vários sistemas de representações coerentes, rivais entre si, que determinam a visão que os homens que deles participam têm da sociedade, de sua organização, do lugar que aí eles ocupam, dos problemas de transmissão do poder, sistemas que motivam e explicam seus comportamentos políticos (BERSTEIN, 2009: 32).

Perscrutar a maneira como nosso personagem apreendeu as interações com diferentes grupos que manifestam práticas e

representações divergentes (ou não divergentes) poderá fornecer subsídios para se compreender sua atuação política. Até porque a aquisição de uma cultura política se faz também através de cálculo racional, e que “pô-la em prática com um dado facto implica análise ou, pelo menos, a adesão a uma análise proposta e que, se o compromisso é um acto do ser profundo, ele não é nem impulsivo, nem irreflectido” (BERSTEIN, 1998: 360-361).

Dessa forma, devemos procurar compreender que experiências e impressões que Carlos mobilizou para ponderar sua ação diante daquela conjuntura que culminou com o fim da Primeira República.

Embora tenha retornado à política institucional a partir de 1926, não apenas nessa frente movimentou-se CGO: alusão à sua atuação junto de Plácido Gomes na Liga dos Lavradores, uma associação de classe do campo em Joinville, e também em episódios como a Greve de 1917. Carlos manterá estes contatos após engrossar as fileiras do governo Konder. Conforme já citado, CGO acabou por atuar como intermediário numa greve em junho de 1927 e, em novembro, entabulou conversas com os lavradores descontentes com o aumento de impostos.

O que vale reter das relações criadas entre Carlos e estes grupos vetores de uma política não institucional é que ele procurou agir de maneira contemporalizadora, buscando frear o ímpeto de grevistas e camponeses, mas admitindo a sua preocupação na resolução de conflitos, desde que numa atmosfera de paz: “Sinto dentro em mim essa scentelha de espirito publico que leva constantemente as minhas cogitações para os problemas sociaes, e serei feliz se puder pôr tambem a minha pedra, na construcção da paz e da felicidade collectivas [...]” (UMA JUSTA..., 1927: 1). Suas “cogitações para os problemas sociaes”, para além de uma negociação entre patrões e empregados, passam primordialmente pelo sistema político institucional: assim, Carlos e Plácido incentivaram o alistamento eleitoral dos integrantes da Liga dos Lavradores em 1921, procurando criar uma base de eleitores.

Portanto, a solução dos problemas sociais seria obtida através da luta político-partidária, e para os governantes impunha-se o dilema de: ou se adaptar às “novas exigencias sociaes e politicas” ou “serem esmagados” (OLIVEIRA, C. G., 1929: 1).

O não atendimento de reivindicações sociais era, para ele, um dos fatores que deixavam os partidos e o sistema político formal dissociados dessa parcela importante da população, ameaçando a

manutenção do sistema. Temos aqui a sua “preocupação” com a classe trabalhadora, no sentido de temê-la e de assisti-la, recorrente nos anos seguintes.

Mas quais as características dos partidos regionais em fins dos anos 20? Em escritos do começo da década, nosso personagem tinha impressão negativa a seu respeito, pois não formavam “correntes de opinião” fortes o suficiente para penetrar na sociedade. As correntes de oposição eram momentâneas, como a Campanha Civilista e a Reação Republicana. Após o processo eleitoral, todos os políticos voltavam a se congregar. Tais agremiações não seriam mais, em sua opinião, capazes de responder às questões sociais da época, inclusive o partido catarinense, liderado que era por figuras do século anterior. Era um partido anacrônico. Tal diagnóstico significava para Carlos a busca de uma solução reformista, através da “regeneração” dos costumes políticos e administrativos.

Mas as figuras do século passado foram se eclipsando ante as mais jovens. Abdon Batista, Hercílio Luz e Lauro Muller faleceram nos primeiros anos da década, abrindo espaços para novos correligionários. Muito próximo de Luz, os irmãos Konder ascendem ao controle do partido na convenção de janeiro de 1926. Adolfo Konder promoveu uma reforma partidária, criando estatutos básicos para o funcionamento do PRC. Exigir que tomadas de decisões se dessem a partir de reuniões deliberativas de todo o diretório nos municípios, ao invés de serem definidas discricionariamente por um “chefe”, era medida nova e que agradava a Carlos Gomes.

Oponente da família Konder, a família Ramos era conhecida de nosso personagem. Nereu Ramos, advogado, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, assim como Adolfo Konder e Carlos Gomes de Oliveira, por volta de 1928 trazia a Santa Catarina o Partido Democrático, fundado inicialmente em São Paulo, como oposição ao antigo PRP. O PD será partidário da Aliança Liberal em 1930, bem como os Ramos.

Embora em campos opostos, Ramos e Konder compartilhavam práticas e discursos políticos muito próximos. Em linhas gerais, de acordo com Duwe (2016), estas duas “famílias de políticos”, como se autointitulavam:

[...] que sempre resistiram à participação popular no interior dos seus partidos, centralizaram práticas políticas e econômicas em um seletivo grupo de empresários e políticos tradicionais, estando estes atrelados ao Estado em busca de benefícios para os seus

empreendimentos privados, sem nunca deixar de expressar-se segundo balizas liberais. Todo este conjunto de ideias e práticas fez parte desta cultura política que podemos definir de forma mais precisa de acordo com o pensamento de Héglio Trindade, para o qual uma parcela significativa do pensamento liberal brasileiro formou-se seguindo uma lógica liberal e uma práxis autoritária (DUWE, 2016: 52-53).<sup>4</sup>

Duwe arrola algumas características que uniam essas duas famílias numa mesma cultura política: personalismo e clientelismo político; defesa de um regime democrático liberal e federativo; centralização das decisões partidárias, tomadas de cima para baixo; defesa de interesses econômicos industriais e agrários (ambas as famílias possuíam negócios nesses setores da economia); presciência das elites, ou um liberalismo elitista, que servia de justificativa ao combate à participação política popular<sup>5</sup>. Ainda outra característica da cultura política destas famílias, demonstrada pelo historiador, é a representação que criaram de “predestinação” ao poder. Acreditavam ser destinadas a dirigir a política estadual.<sup>6</sup>

Tão importantes quanto o partido, as relações familiares de Carlos não devem ser deixadas de lado. Depois de se afastar da política em 1922, ele fora empregado pelo sogro em um empreendimento familiar, no setor de energia, a fim de levar eletricidade ao município de São Francisco do Sul. Entretanto, a Empresa Joinvilense de Luz e Força estaria com os dias contados, ao menos em Joinville, substituída pela Empresul, vencedora da concorrência para a prestação do serviço em 1928, não sem protestos de Carlos. Ainda em 1930, a mesma empresa obteve a concessão da telefonia na cidade, fato combatido nas páginas do *Correio de Joinville*.

Se do setor de energia a família se retirava, permanecia no de

---

<sup>4</sup> Duwe não estuda o período de 1920-30 especificamente, porém, entende que esse processo de construção e consolidação dessa cultura política se deu na Primeira República. Aliás, conforme Berstein (entre outros), o fenômeno da cultura política só é possível em média ou longa duração, dada a necessidade de sua difusão (capilar) e internalização por parte dos indivíduos e grupos.

<sup>5</sup> Duwe cita Maria Victória de Mesquita Benevides, que entende essa “presciência das elites” como “convicção da incapacidade da população ser politicamente responsável, necessitando ser guiada. A autora afirma que, ao ser manifesta, esta crença acaba por apresentar um desprezo destas elites pelas reivindicações trabalhistas (sinônimos da desordem e do caos) e uma desconfiança em relação ao voto popular (o povo seria incapaz de escolher os seus representantes)” (DUWE, 2016: 54-55).

<sup>6</sup> Não foi à toa que, para solidificar sua posição à frente do PRC, Adolfo Konder criou todo um aparato regimental de controle dos diretórios municipais do partido.

erva-mate. Carlos foi um representante em reuniões entre ervateiros e governo desde 1928, provavelmente através da influência pessoal de seu sogro e do apoio institucional de Adolfo Konder.<sup>7</sup>

Além da conexão empresarial, Carlos mantinha sua parceria com Plácido Gomes, através da Liga dos Lavradores, da política partidária formal e da imprensa.

Partindo dessa base social, podemos avaliar o peso e a apreensão destas influências em Carlos Gomes, na sua atuação política no fim da década de 1920, e, mais especificamente, em relação à queda do regime republicano inaugurado em 1889.

## **AS MOVIMENTAÇÕES POLÍTICAS DE CARLOS GOMES DE OLIVEIRA NO CONTEXTO DA QUEDA DA PRIMEIRA REPÚBLICA**

Em primeiro lugar, a adesão ao novo governo estadual. Conforme já abordado, a política partidária brasileira nesse período girava em torno dos gabinetes dos governadores dos estados. Adolfo Konder, em 1926, ao se lançar candidato à presidência do estado, alçou-se também à liderança do PRC. Para consolidar sua posição, realizou uma reforma estatutária no partido, dotando-o, por exemplo, de uma lei orgânica. Isso com o objetivo de criar toda uma estrutura deliberativa e de controle dos correligionários, no diretório estadual e nos dos municípios. O diretório joinvilense estava dividido, com os Gomes de Oliveira (uma dessas “famílias de políticos” tais como os próprios Konder) afastados. Carlos voltou para o lado da situação por convite de Adolfo Konder, num esforço de “pacificar” o diretório local.

Por que o teria aceitado? A aposta aqui é a de que CGO tenha observado o discurso e as ações já realizadas ou projetadas por Adolfo, além da oportunidade do retorno à política partidária, pleiteando cargos eletivos.

Primeiramente, o futuro presidente do estado criou, como frisamos, uma verdadeira estrutura institucional para o PRC, fazendo deste um partido propriamente dito (graças à elaboração de sua lei orgânica). Nos anos seguintes, Carlos não poupou elogios aos irmãos Konder, especialmente a Adolfo e Marcos, com quem mantinha relação mais próxima, ambos deputados estaduais a partir

---

<sup>7</sup> O governo Konder apoiou essa atividade econômica. Uma das medidas foi o estabelecimento de atribuições ao Laboratório de Análises do Mate, em São Francisco do Sul, no início de 1930. Esse laboratório seria responsável por um exame de qualidade da erva a ser exportada (O LABORATÓRIO..., 1930: 1).

de 1928. Mesmo após outubro de 1930, CGO refere-se com deferência a Marcos Konder, como “figura invulgar de homem publico” (OLIVEIRA, C. G., 1930b: 1) e defende ainda seu apoio ao “bom” governo que fizera Adolfo Konder. Durante sua administração, o presidente promoveu a realização de um congresso das municipalidades, reunindo representantes de todas as cidades do estado para a formalização de políticas públicas para os municípios. Foi neste congresso que CGO propôs medidas no sentido da “nacionalização do ensino” – sua pauta recorrente na década de 1930.

Essa tônica “reformista” do governo Konder foi, sem dúvida, um fator para que Carlos Gomes aceitasse voltar a fazer parte da política partidária estadual<sup>8</sup>. É o que ele próprio dá a entender durante o já discurso proferido na sede da Liga dos Operários, no qual afirmava que Adolfo “compreende, de certo, que a função da política é de coordenação social, possível apenas quando harmonizadas as aspirações e os interesses individuais naquilo que é comum a todos os indivíduos” (UMA JUSTA..., 1927: 1). Essa harmonização das aspirações se faria através de consulta às diferentes classes sociais, e esse papel era, na visão de Carlos, dos governantes de então.<sup>9</sup>

Acreditamos ter ficado demonstrado como sua volta ao PRC foi decisão tributária de sua bagagem política de anos anteriores no trato com diferentes grupos, com ideias e formas de se fazer política, e não apenas por interesse em exercer cargos eletivos e/ou públicos, embora os tenha exercido nos anos seguintes, graças a essa volta sob os auspícios do presidente do estado.

Nos anos seguintes, esse retorno ao PRC será marcado, de parte de Carlos, por sua forte oposição ao prefeito Ulisses Costa no Conselho Municipal. Data de 1927 (segundo o *Correio de Joinville*) a primeira rusga. Essa oposição prosseguiu até depois da vitória dos aliancistas em 1930. Aqui há algumas informações importantes.

---

<sup>8</sup> Não apenas Adolfo possuía uma “mentalidade nova”. Também Nereu Ramos, opositor ao governo, amigo de Carlos e próximo ao Partido Democrático de São Paulo, proferia também um discurso reformista nesse período, o que nos remete à Duwe (2016) e sua percepção do discurso liberal compartilhado entre os Konder e os Ramos, mesmo adversários.

<sup>9</sup> Prossegue ainda, deixando uma impressão positiva a respeito de Konder: “[...] porque nelle se conjugam a largueza de vistas de um espirito liberal, o accendrado amor a sua terra e à sua gente, e admiravel capacidade de trabalho com que elle num esforço esplendido e honesto, procura soerguer as nossas finanças e melhorar as condições da nossa existencia collectiva.” (UMA JUSTA..., 1927: 1).

Num movimento, Carlos utiliza o púlpito do conselho e depois da Assembleia Legislativa, para criar uma representação da gestão Ulisses Costa e de seu grupo de dissidentes da política municipal. De um lado, o superintendente, que faz jogos com os problemas públicos, “acreditando a principio, que os seus adversarios, fossem do estofo dos politicos profissionaes, que só cuidam de si” (POLITICA..., 1930: 1). Ulisses seria um “político profissional” num mau sentido; um político “feito sob a influencia de uma mentalidade que não se coaduna mais com a nossa época” (RESUMO..., 1930). De outro lado, Carlos e os dissidentes, coerentes “na sua orientação em favor do bem publico e nas censuras que tem feito aos actos e às praticas da administração municipal” (RESUMO..., 1930: 5), e que entraram na política sem ambições pessoais, fomentadoras da “politicagem”.

Este movimento de criação de uma imagem, de uma representação de si e de seu grupo como o “novo”, interessado sempre no “bem público”, é acompanhado de outro, em que CGO invoca, em diversas ocasiões, sua autonomia e independência de ação e pensamento. É por esta fórmula que manteve seu distanciamento do governo municipal.

Mas, afinal, como surge essa oposição? A imprensa local, à época, aventou duas hipóteses: o *Jornal de Joinville* acusou Carlos de ter iniciado sua oposição depois que o município deu a concessão dos serviços de eletricidade à Empresul, forçando a venda da Empresa Joinvilense de Luz e Força, da qual Procópio Gomes, sogro de CGO, era um dos proprietários. O *Correio* logo tratou de responder, afirmando que a oposição era anterior, relacionado à contração de um empréstimo por parte da prefeitura, de que eles, dissidentes, discordaram.

Em resumo, ou a oposição surgiu por interesse empresarial, na visão do *Jornal*, ou por conta da administração ineficiente e “politiqueira” de Ulisses Costa, da qual o contrato de eletricidade, e o de telefonia, firmado com a mesma concessionária, a Empresul, fora “mais uma das intercorrencias acidentadas” da sua gestão.

Relações familiares e empresariais são aludidas por Duwe (2016), em sua análise da cultura política das famílias Konder e Ramos. Aqui não podemos descartar o interesse corporativo da família Gomes de Oliveira como um fator que exacerbou a postura de oposição entre Carlos e Ulisses Costa. Os Gomes de Oliveira expandiram sua influência econômica para o âmbito político já em fins do século XIX; a perda da concorrência com a Empresul

significava um baque numa das bases desse poderio econômico, ainda mais essencial se considerarmos que a erva-mate, outra base da economia da família, enfrentava crises de preço e exportação.

O episódio da concessão dos serviços de eletricidade, sendo “retaliação” de Costa, ou sendo o estopim de uma oposição “rancorosa” por parte de Carlos, mostra como as conexões empresariais assumiam papel interessante para pensar a tomada de posições em política. Se o caso não foi o estopim da oposição, ao menos contribuiu para sua continuidade.<sup>10</sup>

Outro aspecto das conexões familiares pode ter pesado na atitude de CGO nestes anos. Retomando a ideia de “predestinação” à vida pública, representação diagnosticada por Duwe (2016) como integrante da cultura política das famílias Ramos e Konder, podemos encontrar ideia semelhante também entre os Gomes de Oliveira. Nessa família, detectamos sucesso econômico empresarial espreado para o campo político. Membros da família e sócios nos negócios exerceram o executivo municipal ou a presidência do Conselho Municipal durante o período republicano e até depois de 1930, mesmo que em algumas ocasiões não estivessem do mesmo lado do tabuleiro político local.

Entre eles, encontramos Ernesto Canac, sócio na Companhia Industrial (cujo principal negócio era o processamento e exportação de erva-mate), prefeito entre 1890-1892; Abdon Batista, sócio na mesma empresa, prefeito entre 1892-1894 e 1915-1921; Procópio Gomes de Oliveira, também exportador de erva-mate, prefeito entre 1903-1907 e 1911-1914; Francisco Gomes de Oliveira, pai de CGO, presidente do Conselho Municipal e prefeito interino em diversas oportunidades nos anos 1910; o próprio CGO, prefeito interino entre setembro e outubro de 1927. Depois de 1930, Plácido Olímpio de Oliveira exerceu o Executivo entre 1930-1933; João Acácio Gomes de Oliveira, filho de Procópio, sucedeu a Plácido Olímpio, entre 1933-1934; Max Colin, Joaquim Wolff e Arnaldo Moreira Douat, todos empresários e correligionários de CGO, também exerceram o Executivo municipal entre 1934-1936, 1938-1939 e 1940-1944, respectivamente. É uma rede que se estende desde antes do

---

<sup>10</sup> O contrato de telefonia, firmado também com a Empresul em inícios de 1930, de maneira ilegal, sem a consulta ao Conselho Municipal, foi outro episódio de discordância. Na primeira página da edição de reestrela do *Correio de Joinville*, já constava uma manchete tratando da renovação do contrato telefônico, e da “inconveniência” de se conceder os serviços à Empresul. O imbróglio, envolvendo CGO e Empresul, prosseguiu na década de 1930.

nascimento de Carlos Gomes e que ele acaba integrando depois de iniciado na política institucional.

É evocando todo esse histórico (que continuaria nos anos seguintes) que Carlos conclama o “bairrismo joinvilense” como sentimento que movia a oposição que empreendia contra o prefeito. Ulisses Costa chegara como juiz, mas usara desse poder para influir decisivamente na política: “Ninguém solicitou ao sr. Ulysses Costa, essa intervenção estemporanea na vida politica de Joinville; s. s. é que nella se intrometteu indevidamente, arrimado tão só, ao prestigio de seu cargo” (OLIVEIRA, C. G., 1930a: 1). Diante deste poder político de Costa, “a influencia dos mais graduados dos joinvillenses se annula, porque s. s. politico habil e absorvente, chama a si todas as attribuições politicas do municipio” (OLIVEIRA, C. G., 1930a: 1). Eis o revestimento de campanha “emancipadora” da Dissidência Municipal: era para “tirar ao sr. Ulysses Costa a illusão de que, em nossa terra as ambições politicas, são monopolio seu...” (OLIVEIRA, C. G., 1930a: 1).

Este artigo no *Correio* é complementado por discurso de CGO na Assembleia Legislativa, onde afirma que não se recolheria à insignificância de um “dois de paus” diante da política exercida por Ulisses, de centralizar as decisões sem ouvir o diretório, com a agravante de ter sido um nome “imposto” aos joinvilenses. O que esses textos mostram é a presença de uma representação de “predestinação” elitista semelhante à das duas poderosas famílias de políticos catarinenses. Os discursos giram em torno dos “mais graduados joinvilenses”,<sup>11</sup> que têm sua influência diminuída diante da direção de alguém “de fora”, imposto contra sua vontade.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Muitos empresários presentes aqui. A defesa do liberalismo econômico e da iniciativa privada é patente nas falas de CGO neste período. Algo que o aproxima de seus correligionários Konder e Ramos.

<sup>12</sup> Duwe (2016) aponta, dentro do PRC, um processo decisório centralizado nas mãos dos Ramos e Konder, traço da cultura política partilhada por essas famílias. Assim sendo, intervenções estaduais em diretórios municipais eram corriqueiras, caracterizando uma política oficial de cima para baixo, que causava mal-estar mesmo entre os grupos dirigentes, o que potencializava o nascimento de dissidências, como a que surgiu em Joinville. O PRC ganhara, com a reforma regimental de Adolfo Konder, melhores ferramentas deliberativas e também de controle de seus correligionários. “Disciplina partidária” era um termo recorrente nas edições do *Correio de Joinville*, quando Carlos precisou responder a acusações de insubordinação ao diretório municipal. Se duas das maiores famílias de políticos, Ramos e Konder, mantinham-se em oposição, a situação se alastrava por algumas seções municipais do PRC. Santa Catarina, por sua diversidade étnica e econômica, e por reflexos da Revolta Federalista de 1893-94, possuía uma classe política indócil às ingerências externas, e estas eram comuns, na intenção de “disciplinar” setores “rebeldes”.

O baque sofrido no poder político e empresarial suscitou respostas dos Gomes de Oliveira. A recriação do *Correio de Joinville* foi uma resposta. Devemos lembrar que era traço recorrente entre os grupos dirigentes catarinenses a formação de periódicos com cunho político; com o *Correio* não foi diferente, tanto em 1921, quanto em 1929.

O *Correio de Joinville* publicou muitos artigos focados em questões locais, como o contrato de telefonia e a eleição municipal, mas alguns sobre a política nacional também. No jornal, a defesa de Adolfo Konder por sua preferência pela candidatura de Julio Prestes, de um lado, e a apologia ao voto secreto, exaltando nomes como Getúlio Vargas, Antônio Carlos e João Pessoa, de outro<sup>13</sup>, corroboravam a ideia de Carlos, manifestada tanto em 1930 quanto anos depois, de que ele pouco se envolvera na campanha presidencial<sup>14</sup>, exceto no *meeting* de Itajaí, presente com o amigo Marcos Konder, em apoio a Júlio Prestes.

Esse pequeno envolvimento é por ele explicado como simpatia pelas ideias da Aliança Liberal, mas, ao mesmo tempo, compromisso com Adolfo Konder. Dessa forma, ter-se-ia sentido constrangido em apoiar um lado ou outro. A influência de Plácido Olímpio, seu sócio no *Correio* e aliancista, também é importante para entender essa “neutralidade” do periódico e de nosso personagem.

A eventual derrota de Prestes em Joinville foi interpretada pelo *Correio de Joinville* como de responsabilidade de Ulisses Costa: a ojeriza dos eleitores contra sua gestão na prefeitura é que deu a vitória municipal a Vargas. A oposição de CGO ao governo municipal se explica, em parte, pela representação da “predestinação” à liderança política manifestada por nosso personagem, partilhada por suas relações com as famílias Konder e Ramos.

---

<sup>13</sup> Assinado por “A.”, o artigo em questão finaliza listando nomes relacionados à Aliança Liberal e dando a impressão de falência do sistema eleitoral brasileiro e da injustiça que se procederá nas eleições presidenciais: “Com homens do valor de Antonio Oliveira, Getulio Vargas, Octavio Mangabeira, João Pessoa, Assis Brasil e tantos outros, e o voto secreto a garantir-lhes a liberdade de acção e de eleição, seria quase impossível a fallencia do Brasil” (PELO VOTO..., 1929: 1).

<sup>14</sup> No calor do momento, em março de 1930, o *Correio* comentou que a dissidência, mesmo “sem desenvolver trabalho” estava ao lado da candidatura de Prestes. Em novembro, deposto Washington Luís, o mesmo periódico afirmou: “A campanha presidencial se fez em Joinville, sem que nós, quer o ‘Correio’, quer os membros da dissidencia local, gastassemos uma palavra para defender o prestismo e combater as tendencias reformistas da Alliança Liberal, que, em grande parte, diziam com os nossos sentimentos [...]”. (OLIVEIRA, C. G., 1930b: 1).

A eleição municipal que ocorreria em outubro uniu oficialmente os dissidentes e os aliancistas joinvilenses. Contudo, antes do pleito, um movimento armado depôs o regime republicano nascido em 1889.

Carlos não hesitou em abraçar a nova situação surgida em outubro de 1930. Por quê? Essa adesão ao novo regime suscita o problema do compromisso em política. Consideramos que a fidelidade partidária dentro dos frágeis e regionalizados partidos republicanos, partidos de baixa penetração no tecido social, e apoiados principalmente no poder conferido pelos governos, era discutível.

Mas a fidelidade partidária e sua força e/ou fraqueza vão além neste caso. Carlos possuía um entendimento com o presidente do estado, além de laço de amizade com Marcos Konder, irmão do mandatário estadual.

Retomar a ideia de Berstein (1998) de que um grupo, ou, em nosso caso, um indivíduo, realiza também uma operação racional para colocar sua cultura política em prática, ou seja, para decidir uma posição a ser tomada (ou não ser) em determinada conjuntura, é um começo.

Essa operação racional segue um caminho como este: no momento em que o governo estadual apoiou a candidatura oficial à prefeitura de Joinville contra os dissidentes, Carlos se sentiu “desobrigado” de seu compromisso – foi o que argumentou. E como a parceria com os aliancistas estava vívida pelo pleito municipal, quando estes se saíram vitoriosos, nada mais natural do que se juntar a eles, ainda mais sendo convidado.

Mas isto é atentar apenas parcialmente para a escalada de eventos daqueles dias. O fato de Carlos se ter dirigido a Florianópolis para prestar satisfações aos irmãos Konder e afirmar “não ter saída”, a não ser integrando a nova situação caso esta saísse vitoriosa, nos faz refletir sobre a participação de sentimentos e valores intrínsecos aos compromissos partidários que possuía com os Konder e com os aliancistas.

Isto vai ao encontro da ideia de que culturas políticas mobilizam “sentimentos (paixões, esperanças, medos), valores (moral, honra, solidariedade), representações (mitos, heróis) e ao evocar a fidelidade a tradições (família, nação, líderes)” (MOTTA, 2014: 27-28).

Percebendo a ação de Carlos diante dessas possibilidades, observamos que ele não se sentia exatamente “desobrigado” com o

governo estadual. A derrota na tentativa de apoio a Max Colín não significara para ele saída do governo. Os laços de amizade com Marcos Konder, e de lealdade partidária com o presidente do estado, tinham sua importância. Essa amizade também pode ser invocada do outro lado do tabuleiro político, por parte de Nereu Ramos, um dos organizadores da campanha aliancista e da “Revolução” no estado.

Outro fator que, isolado, é incompleto, mas integrado neste cenário fornece subsídios para responder ao porquê de sua adesão, é o ideológico. Desde 1922, proferia um discurso liberal de moralização dos costumes administrativos e políticos, de constituição de verdadeiros partidos e de cuidado com a questão social, algo que poderia colocá-lo próximo de alguns ideais tenentistas. Com este fato, aliado ao de haver defendido os 18 do Forte em 1922, Carlos poderia alegar que participava de um processo político que estava culminando naquela conjuntura “revolucionária”. Essa continuidade, encarada como compartilhamento do projeto revolucionário, o credenciaria a tomar seu quinhão entre os vitoriosos de 1930.

É isso que ele dá a entender em sua fala de posse na subchefia de polícia em 19 de setembro de 1932, quando alude ao seu passado de “subversivo”, caçado pela polícia, mas deixa transparecer seu posicionamento de revolucionário:

Quando, em 1922, os 18 de Copacabana, plantaram a semente que, um milagre, havia de vencer a aridez da praia e florescer na Revolução Brasileira que aí está ainda processando-se, a truculência da política de então, estendeu as suas garras até o nosso Estado e aqui veio fazer vítimas, levando presos para o Rio, a mim e a outro companheiro, porque, pela imprensa havíamos glorificado os heróis (POSSE..., 1932: 3).

Isso em 1932. Uma interpretação mais elaborada de suas aventuras políticas.

Em resumo, o fato de Carlos ter aderido ao regime inaugurado em 1930 responde a diversas demandas, raciocínios e representações que ele fazia daquele momento histórico, internalizados através do relacionamento que manteve com grupos vetores de socialização política até então ativos.

Tudo guardava coerência com um programa de reformas próximo ao que defendia havia anos, que compreendia: a chance de influir nos destinos políticos da cidade, recuperando espaço perdido;

uma controlada participação popular nestes movimentos (tudo feito para o povo, mas não pelo povo), mantendo uma atmosfera de “harmonia” social no país. Estes itens, dentre outros, ajudaram Carlos a tomar sua decisão em favor dos “revolucionários”. Os compromissos firmados pesaram para o lado dos aliancistas, entre os quais CGO também se sentia bem amparado.

## **REALINHAMENTO DAS OLIGARQUIAS CATARINENSES: CARLOS GOMES DE OLIVEIRA NO PARTIDO LIBERAL CATARINENSE (1930-1932)**

E o que veio depois de outubro de 1930? Que era esse “Brasil novo” (expressão da época) que estaria sendo construído pela “obra revolucionária”?

Em Santa Catarina, um grupo oligárquico foi substituído por outro no governo estadual. Naturalmente, havia o interventor federal nomeado, o militar gaúcho Ptolomeu de Assis Brasil, mas grande parte de seu secretariado era formado por membros da família Ramos e seus correligionários. Os Konder passavam para a “planície”. A “Revolução” não mudou muitas figuras no cenário político catarinense.

A Aliança Liberal aqui se transformou no PLC em inícios de 1931. Esse partido, que deu sustentação ao interventor, era liderado por Nereu Ramos, formado por elementos advindos das elites oligárquicas, mas com bandeiras liberais na economia e na política. Caso do próprio Nereu, que mantinha contatos com partidos reformadores de outros estados desde antes de 1930, como o Partido Libertador gaúcho e o PD paulista. Mesmo contando com um Vidal Ramos, ex-governador nos anos 1910, o PLC tentava passar a ideia de novidade.

Nos primeiros anos do Governo Provisório, e em direção às eleições constituintes, Santa Catarina observou a desagregação dos grupos alçados ao poder, como a cisão do recém-formado Partido Liberal Catarinense, dissidência que formou a Legião Revolucionária do estado. Além de outros partidos formados na época, defensores de pautas diferentes daquelas do PLC – tenentistas, católicos, “carcomidos”, etc. –, todos tiveram oportunidade, no sistema partidário que se formou nos anos 1930, de ter voz, num momento de intensa disputa pelo Estado brasileiro.

E nosso personagem? Que relações estabelecia? Que posições demarcava?

Primeiramente, aderiu sem constrangimento à nova ordem política, fazendo parte do diretório do PLC local e estadual. Isso já nos diz que, para um indivíduo bem colocado na ordem anterior, não havia embaraços intransponíveis em integrar o governo revolucionário. Seu diálogo com a família Ramos, especialmente com Nereu, é uma permanência do período anterior.

A trajetória de CGO mostra como o grupo vitorioso em Santa Catarina, liderado pelos Ramos, imbuídos de uma cultura política, lidou com a mudança de regime, no sentido de se apossar de cargos importantes de governo, criar um partido em seus moldes, e galgar, enfim, a Interventoria. A representação de sua “predestinação” ao poder foi um dos combustíveis da oposição que moveram contra os dois interventores no estado.

Nosso personagem fez parte deste processo, seguindo o PLC na debandada do governo Zubarán e sendo signatário de um telegrama de diversas lideranças do estado a Getúlio em 1932, solicitando a nomeação de um Ramos para o governo. A própria manutenção de CGO no governo, após 1930, responde a essa influência, pois o que faz é recuperar espaço perdido por ele e seus correligionários na administração municipal e no partido de situação.

Carlos Gomes compartilhava algumas das características da cultura política das famílias Ramos e Konder neste período, o que se explicaria pelo vínculo contínuo que havia entre estas duas famílias de políticos e pelo senso do papel de sua própria família na política e na economia joinvilenses. Entretanto, a partir de 1930, ao menos no discurso, Carlos toma distância destes referenciais em certas ocasiões, especialmente no que tange à imagem do Governo Provisório, da política e da sociedade na nova conjuntura. De onde retira os novos?

De 1931 em diante, Carlos foi representante catarinense nas negociações para a criação de um Conselho Nacional do Mate, tutelado pelo recém-fundado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), no Distrito Federal. O fato de ser um conselho de defesa de interesses empresariais não salta aos olhos, sendo mais uma permanência do período anterior, elevada a outro nível pela possibilidade de auxílio do governo federal em questão outrora restrita aos estados. Mas o importante é levar em conta essas constantes viagens ao Distrito Federal, e o contato com o MTIC.

O surgimento desse ministério, já em 1930, com o epíteto de “Ministério da Revolução”, tem uma carga simbólica interessante. Ele marca uma mutação no modo de se encarar a questão social no

país, no qual a preocupação com os trabalhadores assume aspecto de política governamental, em bases autoritárias, e rivais em relação às do movimento sindical.<sup>15</sup>

Carlos mantinha contato recorrente com grupos trabalhadores, durante os anos 1910 e 1920. A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) foi, sem dúvida, vista com bons olhos por ele, e não apenas pela oportunidade de defender os interesses corporativos dos ervateiros, mas também por ser uma ferramenta de transformação nas relações sociais no país.<sup>16</sup> Isso para o homem que escrevia a respeito da possibilidade de os governantes serem esmagados se não atentassem para as exigências sociais em 1929, e que reafirmara essa importância em diversas ocasiões nos anos anteriores e seguintes, ao ponto de, do púlpito da Assembleia Nacional Constituinte em 1933, afirmar que a Revolução de 30 assumira uma “feição social”.

Outro episódio em que se distanciou dos próceres do PLC foi no contexto da Revolta Constitucionalista em São Paulo, invocando o já falado princípio de “independência”. O ponto em questão, para ele, era o momento: não era a hora de reconduzir o país à ordem constitucional. Seu receio era o retorno a velhas práticas que rendiam à Primeira República o cognome de “ditadura disfarçada”. CGO moveu críticas contundentes ao regime de antes de 1930, que chamou de “simulacro de democracia”.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> Processo semelhante ao teorizado por Berstein sobre a mutação de culturas políticas, segundo o qual essa mudança “depende também da influência que possam exercer as culturas políticas vizinhas, na medida em que estas parecem trazer respostas baseadas nos problemas que se depararam às sociedades num dado momento da sua evolução” (BERSTEIN, 1998: 358). Neste caso, a ideia da urgência dos trabalhadores, de sua existência, de suas necessidades e sua força política, já antiga, como demonstra Ângela de Castro Gomes (2005), proferida por setores ligados aos trabalhadores, como anarquistas e depois comunistas, ascende à política oficial de governo a partir de 1930. O movimento torna-se mais intenso a partir de 1942, de acordo com a historiadora. Carlos terá participação neste contexto, anos depois. Em resumo, houve então uma “osmose”, em que as demandas de um grupo, dada a urgência do momento, ganharam ressonância na plataforma de outro. Naturalmente, a cessão de direitos trabalhistas será acompanhada de um controle estatal sobre os sindicatos.

<sup>16</sup> A lei de sindicalização (Decreto nº 19.770, de 1931), por exemplo, delineou as ações do governo com relação aos sindicatos e à classe trabalhadora: “Consagrando o princípio da unidade e definindo o sindicato como órgão consultivo e de colaboração com o poder público, o decreto trazia as associações operárias para a órbita do Estado. [...] Seu objetivo evidente era o combate a toda organização que permanecesse independente, bem como a todas as lideranças – socialistas, comunistas, anarquistas etc. [...]”. (GOMES, 2005: 163).

<sup>17</sup> Embora aliviasse o tom de crítica quando falava dos políticos (leia-se das oligarquias):

A visão negativa do sistema político anterior está no cerne de sua decisão de ir contra o diretório do PLC naquela oportunidade. Mas de que fonte bebeu Carlos para chegar a essa leitura do passado recente do país?

A aposta é de que, além de suas experiências pregressas, desde a primeira geração do *Correio de Joinville*, Carlos teria sido atraído pelas ideias de centralização do Estado nacional, importantes para a realização da “obra revolucionária”, especialmente no campo social. Além dessa influência de seu contato com o Governo Provisório<sup>18</sup>, devemos considerar que ele se dirigia ao Distrito Federal e por lá conhecia pessoas, lia jornais, vivenciava em partes o cotidiano do governo federal. É forçoso pensar que toda a influência política exercida pelo tenentismo no governo tenha passado despercebida por nosso personagem.

A sugestão de sua filiação às chamadas “esquerdas revolucionárias”, ala mais “radical” do tenentismo, é um “acinte” do jornal joinvilense *A Notícia*, que Carlos nega. De fato, no ano seguinte, o Partido Social Evolucionista, partido tenentista no estado, não chamará sua atenção, mas naquele momento, no contexto da Revolução Constitucionalista, CGO estava próximo de algumas bandeiras tenentistas, fruto de sua proximidade com o Governo Provisório, com suas experiências em solo carioca e de sua leitura do passado político brasileiro.<sup>19</sup>

Carlos escrevera, no artigo de novembro de 1930, que era naquele momento o que sempre fora. Aludia à postura que chamava de “independente” em relação ao governo e às “convicções” reformistas (reivindicações habituais nas suas falas).

Isto pode ser considerado válido, mas ele não era naquele momento o que sempre fora: estava surfando numa onda relativamente nova, a caminho de novas formas de pensar e fazer

---

“Os governos como os políticos que são elementos primordiais na vida de um povo, estavam entre nós, divorciados do sentimento colectivo. E nem sempre eram maus os homens que os encarnavam. Ao contrário, a maioria d’eles, assim o pareciam por força das circunstancias que os rodeavam” (OLIVEIRA, C. G., 1931a: 1).

<sup>18</sup> Quando a Revolta estourou em julho de 1932, Carlos estava no Distrito Federal e de lá declarou apoio a Getúlio, que, afirmou no discurso de setembro de 1932, ao assumir a subchefia de polícia. É um passo forte, dado sem a guia do PLC, o que é importante para perceber que nosso personagem, além de vontade própria, calculava suas ações através de outros referentes que não apenas a lealdade ao partido catarinense, ou mesmo seu vínculo com Nereu Ramos.

<sup>19</sup> O que o distanciaria dos tenentes, entre outros motivos, era o direcionamento de suas críticas apenas ao modelo democrático “desvirtuado”, e não às oligarquias que ocupavam os governos.

política. Estava, naquele momento, adquirindo experiências novas, por diferentes meios, o que lhe permitia realizar leituras de passado e presente, permitia-lhe tomar alguns posicionamentos, alguns não muito distantes do período pré-1930.

Este início de Governo Provisório no Brasil representou para Carlos um aumento em sua esfera de atuação, incluindo não apenas o estado de Santa Catarina; foi também um período de continuidade em certas práticas, como as inspiradas pelas relações com a classe política oligárquica. Não há, porém, como negar; algumas mudanças, tributárias de seus contatos com outros grupos, instituições e ideias de se fazer política.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Entendendo que a ambição na utilização do conceito de cultura política é “compreender as motivações que levam o homem a adoptar este ou aquele comportamento político” (BERSTEIN, 1998: 359), nossa aposta é que em cada um de seus contatos estabelecidos em espaços sociais, culturais (e até geográficos) diversos, Carlos tenha aprendido e interiorizado representações destes diferentes grupos que o auxiliaram a produzir suas leituras de mundo e projetos políticos.

Tal bagagem diversa possibilitou a ele produzir leituras de mundo, projetos políticos, permitiu fazer certas escolhas e agir politicamente. Assim, através deste rastreamento de relações e vivências de nosso personagem, que Carlos Gomes de Oliveira emerge?

Assim, emerge um Carlos agente político em primeiro lugar. Um indivíduo que não age com inspiração divina, numa trajetória teleológica. Um sujeito que não atua automaticamente em decorrência de uma racionalidade infalível ou por sua origem familiar. É um indivíduo que faz escolhas pautadas no que tem em mãos – informações, costumes, valores, visão de mundo, de passado e de futuro.

Emerge um Carlos Gomes que lidava com trabalhadores urbanos e rurais desde os anos 1920, reconhecendo a importância destes novos atores sociais para a política, mas com a perspectiva de circunscrever sua participação política ao alistamento eleitoral. Um discurso atualizado na questão social, mas excluyente em política. Um Carlos que entrou no jogo político da Primeira República, mas que demandava mudanças no sentido de se “regenerar” costumes. Só neste parágrafo percebemos a influência e

a assimilação de leituras de mundo provindas de seus contatos políticos, os Ramos e os Konder, de seu cunhado Plácido Gomes e de sua formação acadêmica em São Paulo.

## REFERÊNCIAS

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

\_\_\_\_\_. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

DUWE, Ricardo. *Entre a técnica e a tradição: relações e culturas políticas na ARENA catarinense (1971-1975)*. 2016. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em História. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora UFSC, 1983.

MACIEL, Joelson Lopes. *Para além do senador: uma biografia política de Carlos Gomes de Oliveira (1894-1997)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2014.

O LABORATÓRIO de Análises do Mate e sua função. *Correio de Joinville*, 15 jan. 1930, p. 1. Acervo AHJ.

OLIVEIRA, C. G. A POLÍTICA Nacional – e o apoio que merece o chefe da política catarinense. *Correio de Joinville*, 24 jul. 1929, p. 1. Acervo AHJ.

\_\_\_\_\_. Oposição e bairrismo. *Correio de Joinville*, 14 jun. 1930a, p. 1. Acervo AHJ.

\_\_\_\_\_. Somos agora, o que sempre fomos. *Correio de Joinville*, 22 nov. 1930b, p. 1. Acervo AHJ.

\_\_\_\_\_. A necessidade dos Partidos. *República*, Florianópolis, 31 jul. 1931b, p. 1. Acervo HDBN.

PELO VOTO Secreto. *Correio de Joinville*, 15 jun 1929, p. 1. Acervo AHJ.

POLÍTICA municipal – Motivos da oposição no Conselho. *Correio de Joinville*, 2 jul. 1930, p. 1. Acervo AHJ.

POSSE do Sub-Chefe de Polícia. *República*, Florianópolis, 21 set. 1932, p. 3. Acervo HDBN.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: \_\_\_\_\_. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RESUMO da 18ª sessão ordinária da Assembléa Legislativa do Estado de Santa Catharina, em 23 de setembro de 1930. *República*, Florianópolis, 24 set. 1930, p. 5. Acervo HDBN.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Uma reflexão sobre o gênero biográfico: a trajetória do militante socialista Antônio Guedes Coutinho na perspectiva de sua vida cotidiana (1868-1945)*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

TERNES, Apolinário. *Carlos Gomes de Oliveira: dossiê dos 100 anos*. Joinville, SC: A Notícia, 1994.

UMA JUSTA homenagem. *República*, Florianópolis, 16 ago. 1927, p. 1. Acervo HDBN.

Recebido em 31.10.2018

Aprovado em 12.12.2018